



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

TÍTULO

Concepção de universidade em disputa: articulações entre modelos e processos organizativos

Pedro de Almeida Costa

pacosta@ea.ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

O presente ensaio contém algumas reflexões iniciais de projeto de pesquisa que procura conhecer e avaliar criticamente as possíveis articulações entre sujeitos, concepções de universidade e práticas organizacionais nas Universidades Públicas Brasileiras.

Tal objetivo é motivado pela assunção da existência de uma tensão constituinte no fazer universitário, que se dá entre a busca de autonomia e a necessidade de administrar processos organizativos, tensão esta que reflete uma disputa entre concepções de universidade entre ser uma instituição social autônoma ou uma organização administrada. Entendemos que essa tensão reflete a disputa entre projetos antagônicos de sociedade com implicações na própria concepção de universidade.

Do ponto de vista teórico, a reflexão se assenta na teoria política do discurso de Ernesto Laclau, para entender os processos de disputa de concepções de universidade como antagonismos operados por formações discursivas que disputam uma hegemonia: tal referência permite localizar o processo de disputa não como uma situação contingente a ser resolvida, mas como uma condição mesma do processo político democrático.

O objetivo do texto é formular as bases conceituais e teóricas para a presente pesquisa, na qual deverão ser empreendidos estudos de caso e análises comparativas entre universidades brasileiras e – talvez - latino-americanas, que venham a permitir o entendimento das disputas de concepção de universidade que se dão no continente, e muito especialmente, como tais disputas se materializam nas articulações entre as concepções de universidade e as respectivas práticas organizacionais adotadas.

ABSTRACT

This essay discuss a theoretical framework of a beginning research project that seeks to understand and critically evaluate the possible articulations between subject, conceptions of University and organizational practices in the Brazilian public Universities. This goal is driven by the assumption of the existence of a constituent tension, which occurs between the search for autonomy and the need to administer organizational processes. Such tension reflects a dispute between conceptions of University: to play a role of autonomous social institution or to be an standard organization. We believe that this tension reflects the struggle between antagonistic society projects that may fit antagonistic designs of the University. From the theoretical point of view, reflection is based on Ernesto Laclau's Political Theory of Discourse, to understand the processes of dispute of conceptions of University as discursive formations operating antagonisms: such a reference enables to understand the dispute process not as a contingent situation to be resolved, but as a condition of the democratic political process

The objective is to formulate the conceptual and theoretical bases for the research, in which should be undertaken case studies and comparative analyses between Brazilian universities, which will allow the understanding of the dispute design of University and how such contest is materialized in the joints between the conceptions of the University and the respective organizational practices adopted.

Palavras clave



universidade; hegemonia; teoria política do discurso;

Keywords

University – Hegemony – Political Theory of Discourse



I. Introducción

O presente ensaio contém algumas reflexões iniciais de projeto de pesquisa que procura conhecer e avaliar criticamente as possíveis articulações entre sujeitos, concepções de universidade e práticas organizacionais nas Universidades Públicas Brasileiras.

Tal objetivo é motivado pela assunção da existência de uma tensão constituinte no fazer universitário, que se dá entre a busca de autonomia e a necessidade de administrar processos organizativos, tensão esta que reflete uma disputa entre concepções de universidade entre ser uma instituição social autônoma ou uma organização administrada. Entendemos que essa tensão reflete a disputa entre projetos antagônicos de sociedade com implicações na própria concepção de universidade.

Do ponto de vista teórico, a reflexão se assenta na teoria política do discurso de Ernesto Laclau, para entender os processos de disputa de concepções de universidade como antagonismos operados por formações discursivas que disputam uma hegemonia: tal referência permite localizar o processo de disputa não como uma situação contingente a ser resolvida, mas como uma condição mesma do processo político democrático.

O objetivo do texto é formular as bases conceituais e teóricas para a presente pesquisa, na qual deverão ser empreendidos estudos de caso e análises comparativas entre universidades brasileiras e – talvez - latino-americanas, que venham a permitir o entendimento das disputas de concepção de universidade que se dão no continente, e muito especialmente, como tais disputas se materializam nas articulações entre as concepções de universidade e as respectivas práticas organizacionais adotadas.



II. Marco teórico/marco conceptual

Situando o problema: as contradições constituintes do fazer universitário

A universidade parece estar permanentemente pensando sobre si mesma e sobre seus desafios frente a um mundo que está, também ele, sempre em questão e sempre sob tensão e lutas. Poucos dias antes da publicação do Ato Institucional número 5 durante a ditadura militar brasileira, em 1968, Florestan Fernandes escrevia no prefácio da obra *Universidade brasileira: reforma ou revolução*¹ que os textos reunidos naquela obra eram parte de uma luta contra a reação conservadora então em curso no Brasil: “Ou ela, ou nós”, dizia o sociólogo militante. Na mesma época, outro intelectual brasileiro, Darcy Ribeiro, já então exilado pelo regime militar, apontava a necessidade de a universidade latino-americana optar por ser ou um instrumento da *modernização reflexa*, defendida pelas elites locais em conluio com os interesses imperialistas, ou ser o motor de um modelo de desenvolvimento autônomo do continente.

Esses conflitos a respeito da universidade não são, contudo, restritos no tempo e no espaço. A respeito da realidade europeia, cerca de vinte anos mais tarde, Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 1989), apontava três crises da universidade, no final do século XX: uma crise de hegemonia, outra de legitimidade e por fim uma institucional, esta última resultante justamente da contradição entre a reivindicação de autonomia da universidade e a pressão crescente para avaliá-la segundo critérios de eficácia e produtividade, típicos das organizações privadas. Parece, assim, que os projetos antagônicos de sociedade continuam suas disputas e continuam gerando implicações na própria concepção de universidade, na sua autonomia e no modo como é gerida.

A universidade é uma *instituição* social: é, ou deveria ser, autônoma em relação a outras instituições como o Estado e a Igreja. Além dessa condição, que lhe confere um caráter republicano, assume, a partir das lutas sociais do século XX - como as lutas por direitos, entre eles o conhecimento e a educação - também um caráter de instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber (CHAUI, 2003).

Difere-se, portanto, de uma *organização*, que tem finalidade particular e se adapta rapidamente ao meio, com instrumentos e ferramentas administrativas flexíveis que possam garantir eficácia e produtividade. As *instituições* têm a sociedade como referência e, portanto, dialogam criticamente com ela. Ou seja, na condição de instituição, a universidade reflete, ou deveria refletir, sobre a própria sociedade e suas contradições, de forma crítica e autônoma, em vez de simplesmente submeter-se a ela. Já uma *organização*, não faz essa reflexão e orienta-se pela instrumentalidade das suas finalidades, que são sempre particulares.

Essa situação aparentemente paradoxal -de ser uma instituição ao mesmo tempo autônoma em relação a outras instituições e valores sociais, e estabelecer com essa mesma sociedade relações muito intensas, a ponto de ter potencial de incidência nas suas transformações - se resume na expressão que Derrida (2003) chamou de *universidade sem condição*.

¹ FERNANDES, Florestan. Reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 257 p.



O *sem condição* do pensador argelino aponta para uma situação de duplo sentido: por um lado para a incondicionalidade indispensável para garantir a autonomia da universidade em relação a valores políticos, éticos e jurídicos da sociedade. Sem essa autonomia, o ensino e a pesquisa representariam uma relação acrítica da universidade com essa mesma sociedade. Autonomia não quer dizer, contudo, anomia. Por outro lado, o *sem condição* também indica a crise e os ataques vividos na virada do século XXI pela Universidade, de ausência de condições de poder para a universidade funcionar, como orçamento, independência, condições de trabalho, de infraestrutura e mesmo políticas.

Em uma atualização da sua discussão anterior sobre a universidade, Santos (2004), sustenta que o avanço da ideologia neoliberal, no final do século XX, levou a um Estado descompromissado com todas as questões sociais em geral, e em particular com a educação. Com isso, a educação - e não foi de modo diferente com a Universidade pública - deixa de ser um direito assegurado pelo Estado e passa a ser um bem ou serviço que pode ser ofertado por agentes de mercado², impondo à universidade a adoção de estratégias organizativas que tendem a se tornar um fim em si mesmas, minando, desse modo, a sua autonomia.

Dito de outro modo, a heteronomia administrativa, econômica, educacional, cultural, social e política da *universidade administrada* (CHAUI, 2001) seria sinal inequívoco da (tentativa de) redução da universidade ao status de *organização*, retirando-lhe, assim, a condição necessária ao exercício da crítica e da renovação social permanentes.

Por outro lado, é imperioso reconhecer que a *instituição* Universidade não pode prescindir de processos organizativos para alcançar as suas finalidades, e isso remete a uma tensão que parece ser constituinte do próprio fazer universitário, uma tensão decorrente da resistência crítica que a Universidade é capaz de fazer a um modo de pensar a vida coletiva, ao mesmo tempo em que precisa reinventar os próprios métodos organizativos hegemônicos. É uma instituição que parecer gestar, ela mesma, o movimento instituinte que quer renová-la.

Ante esse aparente dilema, abre-se um campo de pesquisas que procuram entender como se articulam ou podem se articular as diferentes concepções de universidade com os processos organizativos inescapáveis para a realização e consecução dessas mesmas concepções. Entre as organizações, a heterogestão burocrática, portanto desenraizada da cultura, pode ser replicada mimeticamente, e é até desejável que o seja para garantir competitividade e sobrevivência. Já na Universidade, é preciso respeitar o histórico e a tradição de modos colegiados de gestão e de outras práticas que garantam autonomia (administrativa, científica, pedagógica, cultural e política) e suficiente arejamento para que a crítica e a reflexão possam vicejar.

Para a reflexão do projeto de investigação em curso, portanto, essa dupla *incondicionalidade* confere contornos únicos para o desenho de processos organizativos na universidade. Eles mesmos precisariam sofrer resistência e serem reinventados para garantirem o exercício do livre pensar em que se assenta, ou deveria se assentar, o fazer universitário.

É relevante salientar que não nos apoiamos em uma noção necessariamente normativa de universidade e da sua pretensa autonomia, que seria confirmada ou não pela pesquisa. Olhamos para

² Lembrar que um acordo de 1995, feito no âmbito da Organização Mundial do Comércio, denominado GATS, definiu a educação como um entre doze **serviços** cujo comércio transnacional foi liberalizado a partir de proposta de gradual derubada de barreiras comerciais (BORGES, 2009).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a universidade como *campo em disputa*, e nos interessa justamente conhecer e entender como essa disputa de concepções se articula com e nas práticas organizativas da universidade brasileira.

Assim, a já referida tensão (aparentemente) constituinte do fazer universitário, e que se manifesta especialmente na *contradição entre autonomia e organização*, aponta para várias questões de pesquisa, contudo, no projeto de pesquisa que este texto apresenta, nos deteremos na seguinte **questão**: quem são e como se articulam entre si, as concepções de universidade e o modo de organizar os processos administrativos e decisórios nas Universidade públicas brasileiras?

Para dar conta das questões colocadas, tomamos como campo empírico a universidade pública e em especial a brasileira, embora estudos comparativos internacionais possam ajudar a alimentar as discussões da pesquisa, como encontramos na parte inicial da obra *A Universidade Necessária*, de Darcy Ribeiro³.

Estudos de caso que investiguem práticas organizacionais parecem ser a estratégia mais adequada para se aproximar da questão proposta. O uso de dados secundários, em especial de bases de dados oficiais e de outras pesquisas, somado a pesquisas diretas, são as principais fontes para alimentar a pesquisa com elementos empíricos que permitam a reflexão proposta.

³ RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. São Paulo: Paz e Terra, 1969. A obra foi elaborada em 1967 a partir de uma demanda da Universidad de La Republica, em Montevideo – Uruguay – onde o autor se encontrava exilado, e discutida em seminários locais em 1968, antes de ser publicada no Brasil em 1969. A obra revisa modelos de universidade de países “desenvolvidos” na sua primeira parte, para depois construir uma proposta crítica de universidade que dialogasse com a realidade da América Latina e pudesse colaborar na superação do subdesenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que tivesse atuação política contundente para enfrentar os problemas típicos do continente. Irônica e tragicamente, em 1968 o regime ditatorial brasileiro produziu uma reforma universitária que feriu em cheio a autonomia universitária.



III. Metodología

Como já apontado, o trabalho não tem ambição normativa ou prescritiva. A investigação proposta quer conhecer as dinâmicas de relação política dentro e para fora da Universidade. É justamente a inovação institucional, o movimento instituinte, que anima e fundamenta este trabalho. Nessa perspectiva, podemos considerar que se parte de uma perspectiva exploratória para conhecer determinado fenômeno.

Não se trata, igualmente, de testar conceitos face a uma determinada realidade, mas de tentar problematizar alguns deles, como o conceito mesmo de organização ou de universidade, em face das tensões da vida real e suas contradições.

A pesquisa vai demandar etapas distintas, mas não necessariamente consecutivas ou encadeadas: um aprofundamento teórico intenso em algumas categorias importantes que possam apoiar as reflexões que se quer produzir; levantamento exaustivo de dados a partir de fontes secundárias que permitam radiografar a realidade de ao menos três universidades federais, no que diz respeito aos mecanismos de participação democrática nos processos organizativos; e uma etapa qualitativa com entrevistas em profundidade com sujeitos relevantes, cujos discursos e percepções possam ser triangulados com os demais dados para apoiar as reflexões e problematizações propostas.



IV. Análisis y discusión de datos

Feita essa contextualização inicial, pretendemos aprofundar o estudo da categoria hegemonia, como chave para se pensar o *político*. Quando a nossa reflexão inicial menciona uma tensão constituinte entre autonomia e organização, coloca-se a política como ação que permite mediar a articulação que se visualiza entre uma concepção de universidade e o modo de se administrá-la. Se tal pressuposto, de uma possível *articulação* entre um posicionamento político e uma ação organizativa, pode ser tomado como uma hipótese plausível, a noção de hegemonia é fundamental para poder se conhecer e entender tanto o que se pensa, ou se diz pensar (a concepção) quanto o que se faz (o agir administrativo, ou a ação organizativa).

Para a análise dessa categoria, vamos nos deter na teoria política do discurso de Ernesto Laclau. Essa escolha implica em assumir a hegemonia como uma articulação discursiva com implicações teóricas e metodológicas importantes. Do ponto de vista teórico, significa assumir que não é possível uma fixação derradeira de sentido para o que seja o social ou qualquer instituição social, inclusive a universidade. Ou seja, assumimos que a própria concepção de universidade está e estará sempre em disputa. O que a teoria política do discurso em Laclau permite é que se conheçam *pontos nodais* contingentes nos quais se articula uma sempre contingente e precária fixação de sentido hegemônica. Nessa perspectiva, o estudo das transformações por que tem passado a universidade pública brasileira nos últimos tempos é emblemático, justamente pela entrada em cena de novos atores que passam a reconstituir o jogo de forças que reposiciona, ou pode reposicionar, as articulações hegemônicas que podem então passar a definir novas mediações entre concepção de universidade e modos (mais ou menos democráticos) de organizá-la.

Do ponto de vista metodológico, tal assunção implica em forte valorização dos discursos como fonte de entendimento das mesmas articulações hegemônicas que passam, ou podem passar, a definir concepções - ainda que sempre contingentes - de universidade e suas articulações em modos mais ou menos democráticos de organizar. Tal valorização dos discursos implica, por seu turno, em entender também quem são esses sujeitos novos agindo no âmbito da universidade ou em relação com ela, como se posicionam nas relações de poder inescapáveis à instituição universitária, e como, eventualmente, resistem a elas. Esse embate de ideias e concepções entre sujeitos e segmentos na universidade é fundamental para os propósitos da pesquisa, uma vez que é nesses embates que residem e que se dão as articulações entre pensamento e ação, entre concepção e organização da universidade.

O conceito de hegemonia em Ernesto Laclau: a disputa do papel da universidade como articulação discursiva de um antagonismo

A teoria do discurso de Ernesto Laclau se inscreve num quadro pós-fundacionalista em que as relações políticas são marcadas profundamente pela ideia de *antagonismo* (MENDONÇA, 2014), categoria que implica em refutar a possibilidade de uma sociedade plenamente suturada, o que corresponderia à própria negação do político (LACLAU e MOUFFE, 2015). Os mesmos autores sustentam, nesse texto original de 1985, que a noção de articulação demanda renunciar à ideia de totalidade social, e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

assumir essa indecidibilidade da sociedade como um fundamento constitutivo que os mesmos chamam de “essência negativa do social”, fundamento ontológico que a obra desenvolve e argumenta. O arcabouço teórico da chamada teoria política do discurso de Ernesto Laclau, fundado na sua obra de 1985 com Chantal Mouffe, mas que seguiu se desdobrando em outros textos e reflexões nos quase 30 anos seguintes de sua produção, nos parece adequado para pensar a disputa de projetos de sociedade que se materializa na disputa de projetos de universidade, e que foi descrita na seção anterior.

Ainda que para os autores “nenhuma lógica hegemônica pode dar conta da totalidade do social e constituir seu centro” e que “[...] toda forma de poder é constituída de uma maneira pragmática e internamente ao social, através das lógicas opostas de equivalência e da diferença; o poder nunca é fundacional” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p.223), ou seja, que a hegemonia não é um “lugar” do social, os mesmos também afirmam que em diferentes lugares desse mesmo social se dão – ou podem se dar - articulações hegemônicas que tentam dar sentidos provisórios e contingentes às práticas. Entendemos que a noção de universidade, a sua função e a sua finalidade sociais, é uma dessas articulações hegemônicas possíveis, e que, em torno dela, cadeias de equivalência antagônicas estruturam um campo de diferenças que a presente pesquisa deseja conhecer.

Nessa perspectiva, revisamos brevemente os elementos centrais do conceito de hegemonia proposto por Laclau e Mouffe, a partir de elementos anteriores como articulação, discurso, pontos nodais, equivalência e diferenças. Evidentemente uma obra tão vasta não pode ser resumida nas poucas páginas seguintes, e também as suas controvérsias, construídas a partir da obra de alguns de seus leitores, não pode ser explorada. Contudo, para a finalidade do presente texto, de situar esses conceitos e categorias para a posterior análise de casos empíricos das universidades públicas brasileiras e do restante da América latina, este exercício inicial é fundamental. A partir dele, as seções finais do presente artigo farão as primeiras propostas de organização analítica da pesquisa.

A atualização do conceito de hegemonia

O conceito de hegemonia “supõe um campo teórico dominado pela categoria de articulação” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p.163). Posicionar-se no campo da articulação implica em renunciar à noção de totalidade social e assumir um fundamento constitutivo de abertura do social, ou uma “essência negativa”, ao mesmo tempo que reconhece a presença de várias “ordens sociais” precárias, que testemunham o fracasso em tentar se domesticar o *campo das diferenças*, que seria, para os autores, o fundamento do social.

“Não há um princípio singular subjacente fixando – e, portanto, constituindo – o campo das diferenças como um todo. A irresolúvel tensão interioridade/exterioridade é a condição de toda prática social (idem, p.185). No limite, *sociedade* não é um objeto válido de discurso. Ela não existe como totalidade suturada e definida.

Como pressuposto da negação das abordagens essencialistas, é preciso também assumir o “caráter precário de toda identidade e a impossibilidade de se fixar o sentido dos ‘elementos’ em qualquer literalidade última” (idem, p.167). Ou seja, um campo de articulação é não somente instável- ou precário, ou contingente - mas como também o são os elementos que se articulam.

A construção teórica da categoria articulação precisa passar por dois processos: a definição dos *elementos* que se articulam e a definição do *momento relacional*. A definição dos *elementos* se assenta



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

na ideia – revista - de sobredeterminação de Althusser. Os autores avançam para a ideia de que a formulação de sobredeterminação em Althusser era, em verdade, de que “[...] o sentido de toda identidade é sobredeterminado, na medida em que toda literalidade aparece como constitutivamente subvertida e excedida” (idem, p.177). Há a “presença de uns nos outros” quando se analisam os elementos que participam de uma articulação. Há uma crítica a todo tipo de fixação de identidade e afirma-se o “caráter incompleto, aberto e politicamente negociável de toda identidade” (idem, *ibid*). Em síntese, essa identidade – que é sobredeterminada – se constituiria no próprio processo de articulação, e por isso mesmo também ela é precária, instável, contingente.

O segundo elemento da articulação é pensar o *momento relacional*. Os autores iniciam a seção com um conceito de articulação (idem, p.178, grifos dos autores): “[...] qualquer prática que estabeleça uma relação de elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante dessa prática articulatória chamaremos de *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento toda diferença não discursivamente articulada”.

Entra em cena, portanto, o conceito de *formação discursiva*. Nele os autores se apoiam na ideia de “regularidade em dispersão” de Foucault, isto é, na noção de que há um princípio unificante em práticas e discursos que aparentam ser distintos. Isso implica em um “conjunto de posições diferenciais” que, num contexto de exterioridade pode ser pensado como uma totalidade. Aqui está a raiz do conceito de hegemonia ou de formação hegemônica: um conjunto de posições distintas que podem, contudo, ser vistas como uma espécie de totalidade (evidentemente precária e contingente) em relação a dada exterioridade comum. Há, nessa circunstância, uma regularidade em dispersão.

O texto desenvolve o argumento de que “nenhuma formação discursiva é uma totalidade suturada e a transformação dos elementos em momentos nunca é completa” (idem, p.180). Pode-se falar de uma formação discursiva sempre que certas regularidades estabeleçam posições diferenciais. A *articulação*, como categoria, passa ser “uma prática discursiva que não tem um plano de constituição anterior ou exterior à dispersão dos elementos articulados” (idem, p.183).

Nesse ponto, os autores retomam a impossibilidade do social como totalidade estruturada e apontam a tensão interioridade/exterioridade como insolúvel. É mesmo um princípio constituinte do social. E o mesmo vale para os elementos dessa prática articulatória. Não há uma interioridade ou uma exterioridade definidas. Não há identidade interior dada *a priori* e também não há exterioridade total. Aí está a sobredeterminação das identidades. Elas estão, em alguma medida, inscritas “umas nas outras”.

Essa é a relação (ou a essência negativa) do processo de articulação como discurso. Ele é um sistema no qual o significado central, originário ou transcendental “nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças” (idem, p.186-7). Chega-se então à noção de prática da articulação (idem, p.188): ela “[...] consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente, e o caráter parcial dessa fixação da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade”. Ou seja, todo e qualquer discurso é incapaz de fixar sentidos, ao mesmo tempo que as fixações possíveis – os *pontos nodais* – se dão em caráter sempre provisório e contingente.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Para pensar as práticas aritculatórias, os autores se colocam a pensar quem é o “sujeito” delas, e optam pela ideia de “posição de sujeitos” nas estruturas discursivas. Também essas posições compartilham o mesmo caráter aberto de todo discurso, ou seja, suas várias possíveis posições não podem ser fixadas a priori dentro de um dado sistema de diferenças. Mais do que isso, é necessário pensar na sobredeterminação de identidades que marcam as diferentes posições possíveis dos sujeitos em uma prática articulatória (ou num sistema discursivo). Ou seja, “a categoria sujeito é penetrada pelo mesmo caráter ambíguo, incompleto e polissêmico que a sobredeterminação assinala para toda identidade discursiva” (idem, p.198).

Tal incompletude é a condição necessária para que se possa pensar numa articulação hegemônica. Sem essa abertura dos sujeitos, suas posições e seus momentos de articulação, seria impossível pensar a abertura para qualquer nova formação hegemônica (exceto, é claro, aquelas pressupostas por teorias essencialistas como a que os autores criticam no início da obra).

Antagonismos e contradições

Para os autores, trata-se de coisas distintas: a contradição (como pensada na tradição ortodoxa marxista) implica em identidades totais e acabadas, o que é impossível dentro do quadro de hegemonia, articulação e discurso que é proposto. O antagonismo, por outro lado, implica em posições sobredeterminadas e na impossibilidade de sutura social total.

A presença do outro na relação de antagonismo impede um sujeito de definir-se plenamente, senão em função dessa mesma relação e dentro dela. “A relação não advém de totalidades plenas, mas da impossibilidade de sua constituição” (idem, p.202), o que corresponde ao oposto do previsto numa relação de contradição.

É difícil afirmar se os antagonismos são internos ou externos à sociedade. De fato, é impossível classifica-los como um ou outro dentro do quadro conceitual proposto pelos autores. Para eles, os antagonismos “[...] constituem os limites da sociedade, a impossibilidade desta última se constituir plenamente” (p.203). Ou seja, o antagonismo parece refletir esse processo de permanente tensionamento da ordem (precária), isso que tenho chamado de “agenciamento” por falta de outro termo: um movimento que é de “dentro” do sistema ou da ordem (ou da sociedade) e ao mesmo tempo parece exercer uma tensão externa pela sua modificação, sua desestruturação. O conceito proposto pelos autores sintetiza um movimento, uma fricção, uma desacomodação feita ao mesmo tempo de dentro e de fora (até mesmo porque seria impossível determinar o dentro e o fora nesse quadro).

Os autores afirmam: “[...] a sociedade nunca consegue ser plenamente sociedade, porque tudo nela é atravessado pelos seus limites, os quais a impedem de constituir-se como uma realidade objetiva” (idem, p.204). Há aí uma subversão da ordem social que é construída discursivamente. Quando falamos, portanto, de antagonismos, parece que estamos falando diretamente de um movimento de contestação e reorganização permanentes, para pontos nodais sempre provisórios e contingentes. É nesse ponto que entram os conceitos de **equivalência e diferença**.

Esses conceitos apontam para duas formas possíveis de movimento nas posições dos sujeitos, movimentos que apontam para a inexistência de uma especificidade de cada posição na estrutura discursiva. A posição é sempre relativa e sobredeterminada pela posição de um outro. O movimento de equivalência é aquele em que, preservadas as diferenças entre as posições dos sujeitos, as mesmas podem aparecer como equivalentes em oposição a uma outra posição que as mesmas conseguem se



reconhecer como diferentes de si, como coisas que elas não são. O traço de reconhecimento, a “regularidade em dispersão” se dá em torno de um outro com a qual a mínima identificação é impossível. Dito de outro modo, a equivalência aparece, ou pode aparecer, como uma diferença em relação a uma exterioridade, com a qual, evidentemente, também há um processo de sobredeterminação, ainda que negativa.

Mas a diferença também existe entre posições equivalentes. Não fosse assim, haveria identidade entre elas. A equivalência, portanto, é algo maior, passa pela anulação de toda positividade e dá uma “existência real à negatividade”. Essa “impossibilidade do real” alcança então a forma de presença (como a “ausência presente” de Lacan), e a impossibilidade dessa relação entre objetividade e negatividade se torna, ela também, constitutiva do social no marco teórico da teoria política do discurso. Ambas, objetividade e negatividade, “[...] existem apenas através da sua subversão recíproca” (idem, p.207).

Nisso, se chega à conclusão de que se a sociedade não é totalmente possível, ela também não é totalmente impossível. “[...] se a sociedade nunca é transparente a si, por ser incapaz de constituir-se como campo objetivo, tampouco o antagonismo é inteiramente transparente, já que ele não logra dissolver totalmente a objetividade do social” (idem, p.207).

Conceito de hegemonia

A hegemonia supõe o caráter aberto e incompleto do social: ela só pode ter lugar num *campo de práticas articulatórias*. Nem todo antagonismo significa uma prática hegemônica, mas o contrário é verdadeiro: toda prática hegemônica só pode se constituir a partir de um antagonismo.

O que parece ser uma ambiguidade entre existir, por um lado, formações discursivas mutuamente exteriores, mas que podem se articular, é, justamente, o que garante a possibilidade de um movimento constituinte de pontos nodais. Só há prática articulatória em relações de exterioridade, ao mesmo tempo em que essas relações de exterioridade se dão entre posições de sujeito localizadas no interior de certas formações discursivas e elementos que não possuem articulação discursiva precisa. Essa “frouxidão” é necessária para o movimento, e é ela que diferencia essa proposta teórica de uma proposta essencialista.

As condições para a existência de articulações hegemônicas são dadas pelos autores (idem, p.215): “a presença de forças antagonísticas e a instabilidade das fronteiras que as separam”. Aqui se esclarece um pouco mais a diferença para um antagonismo: na articulação hegemônica deve existir a instabilidade e a incerteza, as fronteiras devem ser imprecisas e estarem em cheque. É preciso haver uma “[...] vasta área de elementos flutuantes” (idem, *ibid*) para garantir a possibilidade de mudança. Uma articulação hegemônica pressupõe, portanto, a possibilidade de negociação de sentidos desses elementos flutuantes, com a constituição de “identidades tendencialmente relacionais” (idem, p.216), ou seja, identidades que se aproximam de forma sobredeterminada, mas sem definição total nem de exterioridade nem de interioridade.

O que os autores nominam de “formação hegemônica” equivale à noção Gramsciana de bloco histórico: um espaço social relativamente unificado pela instituição de pontos nodais.

Hegemonia é, então, um tipo de relação política. Os autores enfatizam que ela não é um lugar dentro do social, portanto dela não pode haver uma irradiação de efeitos. Parecem falar aqui sobre a não existência de um “centro” privilegiado de produção de poder. “Nenhuma lógica hegemônica pode dar



conta da totalidade do social e constituir seu centro. Toda forma de poder é constituída de uma maneira pragmática e internamente ao social, através das lógicas opostas de equivalência e da diferença; o poder nunca é fundacional” (p.223).

Assim como é necessário existir uma lógica de equivalência para constituir uma formação hegemônica, também é necessária a presença da possibilidade de contínua redefinição dos espaços políticos e sociais, pois é isso que pode garantir a possibilidade de produção da hegemônica. Sem essa margem de “movimento” não há formação hegemônica possível.

Acreditamos que essa noção de hegemonia como um movimento capaz de produzir ordens precárias e contingentes de organização, pode servir de marco analítico para diferentes processos de disputa, organizados através de articulações discursivas. As disputas pelo papel das universidades públicas nos parecem exemplos significativos que a presente pesquisa se preocupará em conhecer e analisar.



V. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Na pesquisa que se inicia vamos nos deter especialmente nas práticas de gestão das universidades, entendendo-as como mecanismos pelos quais projetos e concepções de sociedade se manifestam em ato, ou seja, como ações empíricas que materializam formas de pensar a sociedade e a própria universidade.

Evidentemente, as práticas organizativas não são o único veículo empírico a partir do qual uma concepção de mundo e uma proposta com intenções hegemônicas se coloca em ato, mas, na proposta de pesquisa desenhada, ela parece representar bem esse papel. Também é necessário esclarecer preliminarmente que concordamos com Parker, Fournier e Reedy (2007) ao supormos a organização como um ato, antes de mais nada, *político*, no sentido de que os atos organizativos são sempre coletivos e, assim, envolvem a negociação permanente de interesses e conflitos. Não tomamos, portanto, a organização como um objeto, mas como uma ação em permanente desconstrução e reconstrução.

Esperamos que o andamento da pesquisa e a leitura dos atos futuros possa permitir novos textos em que se possa entender com se dão as disputas hegemônicas em torno da universidade pública brasileira.



VI. Bibliografía

BORGES, M. C. D. A. (2009). A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio. *RBPAAE*, v. 25, n. 1, p. 83–91, 2009.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5–15.

DERRIDA, Jacques (2003). *A universidade sem condição*. São Paulo: Estação Liberdade.

PARKER, M; FOURNIER, V.; REEDY, P. Introduction. In: PARKER, M; FOURNIER, V.; REEDY, P. (2007). *Dictionary of alternatives*. London: Zed Books.

RIBEIRO, Darcy (1986). *Universidade para quê?* Brasília: Editora UNB.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1989). Da Ideia de Universidade à Universidade das Ideias. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

VIEIRA, Marcelo Milano; CARVALHO, Cristina Amélia (2003). Sobre organizações, instituições e poder. In: VIEIRA, Marcelo Milano; CARVALHO, Cristina Amélia (Eds.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora..